

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira

A interseccionalidade na produção científica brasileira

Intersectionality in Brazilian Scientific Production

La interseccionalidad en la producción científica brasileña

Roseane Amorim da Silva¹
Jaileila de Araújo Menezes²

Resumo

O estudo investigou o uso da interseccionalidade na produção científica brasileira, de modo geral, e na Psicologia, de modo específico, no que se refere às dissertações, teses e artigos produzidos em diferentes Instituições do Brasil. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2018. A busca das dissertações e teses foi feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e dos artigos na base de dados do SciELO (Scientific Electronic Library). Na BDTD, localizamos 224 produções, 146 dissertações e 78 teses; no SciELO, 65. Vimos que as produções usaram a interseccionalidade de diferentes formas, como estratégia analítica, como uma forma de práxis social, com ênfase para as conexões entre conhecimento e justiça social. As pesquisas que abordaram a interseccionalidade têm temas diversos, e os métodos de pesquisa são múltiplos. Com esse estudo, buscamos ressaltar a potencialidade da interseccionalidade no intuito de visibilizar situações de opressão e desigualdades sociais.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Revisão de literatura. Produção científica.

Abstract

The study investigated the use of intersectionality in scientific production, in general, and in psychology, in a specific way, with regard to dissertations, theses and articles produced in different institutions of Brazil. The study was carried out in the second half of 2018. The dissertations and theses were searched through the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), and the articles in the SciELO (Scientific Electronic Library Database). At BDTD we located 224 productions, 146 dissertations and 78 theses, in SciELO, 65. We have seen that productions have used intersectionality in different ways, as an analytical strategy, as a form of social praxis, with an emphasis on the connections between knowledge and social justice. Researches that deal with intersectionality have different themes, and research methods are multiple. With this study we seek to emphasize the potentiality of intersectionality in order to visualize situations of oppression and social inequalities.

Keywords: Intersectionality. Literature review. Scientific production.

Resumen

El estudio investigó el uso de la interseccionalidad en la producción científica, de modo general, y en la psicología, de modo específico, en lo que se refiere a las disertaciones, tesis y artículos producidos en diferentes Instituciones de Brasil. El estudio fue realizado en el segundo semestre de 2018. La búsqueda de las disertaciones y tesis fue realizada a través de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), y de los artículos en la base de datos del SciELO (Scientific Electronic Library). En la BDTD encontramos 224 producciones, 146 disertaciones y 78 tesis, en SciELO, 65. Vimos que las producciones usaron la interseccionalidad de diferentes formas, como estrategia analítica, como una forma de praxis social, con énfasis en las conexiones entre conocimiento y justicia social. Las investigaciones que abordaron la interseccionalidad

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Unidade Acadêmica de Serra Talhada (Uast). Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Psicóloga. Doutora em Psicologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira tienen temas diversos, y los métodos de investigación son múltiples. Con este estudio buscamos resaltar la potencialidad de la interseccionalidad con el objetivo de visibilizar situaciones de opresión y desigualdades sociales.

Palabras clave: Interseccionalidad. Revisión de literatura. Producción científica.

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira

Introdução

No presente estudo, buscamos investigar o uso da interseccionalidade na produção científica brasileira, no que se refere às dissertações e teses, localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-), produzidas na pós graduação de diferentes instituições de nível superior do Brasil; e os artigos sobre essa temática localizados no SciELO (Scientific Electronic Library Online). Não especificamos o ano, buscamos todo o material publicado até o segundo semestre de 2018, quando foi realizada a pesquisa.

Para falarmos sobre interseccionalidade, é importante começarmos pelo feminismo negro norte-americano, que surgiu em uma perspectiva de resistência e organização, quando teóricas e militantes afrodescendentes, como Patricia Hill Collins, bell hooks, Kimberle Crenshaw, entre outras, chamaram atenção para o fato de que o feminismo tradicional não conseguia contemplar as reivindicações e os direitos das mulheres negras, porque reduzia a categoria mulher a uma identidade homogênea.

No Brasil, a construção de um feminismo negro, no que concerne às motivações, foi semelhante ao norte-americano. No movimento negro brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980, dado o recorrente machismo em seu interior, predominavam as posições dos homens. O Movimento Negro Unificado, uma das principais organizações desse período, não entendia que as bandeiras das mulheres deveriam ser defendidas pelo coletivo. Em função disso, as questões referentes às vidas das mulheres negras eram preteridas por questões relativas às desigualdades sociais de raça e classe. Essas mulheres passaram a reivindicar que as suas demandas (combate à violência de gênero, exercício de direitos reprodutivos, construção de creches, entre outras) – que não eram abordadas ou eram secundarizadas – fossem levadas para as

instâncias de decisão. Depois de muita luta e mobilização, essas demandas foram debatidas e inseridas nos documentos aprovados, consolidando-se no seu Programa de Ação (Siqueira, 2018).

Diferentes visões sobre a opressão foram produzidas pelo feminismo negro, nesse âmbito, surgiu a perspectiva que aborda como o cruzamento de categorias e/ou sistemas de opressão de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, entre outros, produzem, de modo articulado, desigualdades e são constituídos mutuamente. A essa perspectiva algumas feministas (Crenshaw, 2002; Brah, 2006; Nogueira, 2013) chamaram de interseccionalidade. Tal concepção criou uma tensão entre modelos tanto do marxismo tradicional quanto de algumas vertentes do feminismo da chamada “segunda onda”, que hierarquizavam os eixos de opressão. A luta a partir dessa perspectiva é visibilizar que

uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos. (Biroli & Miguel, 2015, pp. 29-30).

O movimento feminista negro atingiu uma maior proporção a partir da década de 1970, depois de análises da literatura negra e movimentos sociais, a exemplo do Black Panther e a luta pela descriminalização do casamento interracial nos Estados Unidos da América,

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira além das manifestações que visavam ao fim do Apartheid na África do Sul e os movimentos estudantis pela redemocratização na América do Sul.

Nos últimos anos, tem se tornado imprescindível nos estudos sobre desigualdades sociais estabelecer um recorte que perpassasse os debates de gênero e raça, compreendendo a realidade e traçando alternativas que viabilizem efetivamente a participação da mulher negra nos círculos sociais, políticos e públicos.

O debate sobre as convergências entre gênero, raça, e também classe, teve pioneiras como Flora Tristan e Sojourner Truth, e, a partir dos anos 1960, a questão foi estabelecida de forma incontornável para o pensamento progressista. As discussões que se estabeleceram a partir de então permitiram um salto na reflexão teórica que levou à riqueza e à complexidade da compreensão atual sobre os padrões de entrelaçamento das múltiplas formas de dominação presentes na sociedade (Biroli & Miguel, 2015).

As discussões sobre a perspectiva interseccional ganharam força a partir de leituras críticas do conceito de gênero, coincidindo com as reivindicações dos direitos às diferenças e às diversidades que vêm sendo feitas pelos movimentos feministas, LGBTQI, movimentos negros, entre outros (Oliveira, 2019). A seguir abordaremos como a noção de interseccionalidade tem sido compreendida por diferentes autoras/es.

A interseccionalidade na literatura científica

Existe uma vasta literatura sobre interseccionalidade, cuja nomeação foi largamente difundida a partir do texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (Hirata, 2014), que fez uso desse termo para designar a interdependência dos marcadores sociais de raça, gênero e classe nas dinâmicas de poder. As autoras Avtar Brah (2006), Adriana Piscitelli (2008) e

Conceição Nogueira (2013) fazem uso do conceito para abordar os marcadores gênero, raça, etnia, classe, entre outros, de modo articulados, pois, segundo elas, estes estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. Silveira e Nardi (2014) ressaltam que a interseccionalidade busca compreender as consequências da inter-relação dos eixos de poder, gênero, classe, raça, etnia, na constituição das estruturas e dinâmicas sociais, destacando a importância de priorizar a experiência na forma como as pessoas vão se constituindo no jogo de forças a que estão expostas.

O debate sobre interseccionalidade revela que diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas essas mudam de acordo com as concepções de diferença, poder e agência utilizadas. Adriana Piscitelli (2008) aborda duas perspectivas no debate sobre as interseccionalidades, as leituras sistêmicas e as abordagens construcionistas.

A interseccionalidade voltada para a abordagem sistêmica busca revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação. Uma das principais autoras que trabalha com essa perspectiva é Kimberlé Crenshaw, que tem buscado desenvolver recursos com o objetivo de formular políticas que evitem a violação dos direitos humanos das mulheres. A interseccionalidade, segundo a perspectiva de Crenshaw (2002, p. 177),

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Crenshaw (2002) teve um papel importante para o entendimento de que as formas de opressão não atingem os indivíduos isoladamente, mas também não o fazem somadas ou acopladas, em dinâmicas que permitiriam visualizar cada eixo de opressão separadamente para então compreender sua concomitância, ou os efeitos de sua copresença.

Os mecanismos de opressão não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar, como destaca bell hooks (1984), na posição de oprimidas e na posição de opressoras ao mesmo tempo. Assim, mulheres brancas de classe social mais favorecida economicamente podem estar em uma posição de opressão em relação a outras mulheres e homens negros e pobres e, no entanto, serem oprimidas por homens brancos.

Piscitelli (2008) ressalta que as leituras críticas consideram a visão de Crenshaw expressiva de uma linha sistêmica, que destaca o impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades. Na abordagem construcionista, o trabalho com a noção de articulação é entendida como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que as identidades se modificam como resultado das práticas articulatórias. E assim, “os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes, esses oferecem simultaneamente, recursos que possibilitam a ação” (Piscitelli, 2008, p. 268).

Nessa segunda linha de abordagem, podemos encontrar Nogueira (2013) e Brah (2006), essa última, depois de uma trajetória transitando por diversos contextos, se envolveu no trabalho com a articulação entre gênero, raça, etnicidade e sexualidade, no feminismo negro, na Inglaterra. Pensamos que seja importante considerar as interseccionalidades a partir

de questões estruturais da sociedade, pois estas têm um peso grande na constituição dos sujeitos, mas também como algo que não é estático, que nas interações dos diversos marcadores que produzem desigualdades e opressões são responsáveis pelas mudanças nos modos como os sujeitos se constituem.

Concordamos com Nogueira (2013, p. 243), quando ela ressalta: “se há diferentes posicionamentos para enfrentar esta complexidade, porque não usá-los para em conjunto se produzir um saber sempre questionado, sempre crítico, sempre alerta das possibilidades de reificação, seja de categorias ou assunções que são temporárias ou provisórias e usadas apenas estrategicamente?”

Piscitelli (2008, p. 269) afirma que as interseccionalidades permitem “pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global”. Essa produtiva valorização das categorias diferença e poder implicaria uma secundarização relativa da categoria gênero, que no pensamento feminista assumiu lugar central nas últimas décadas, obscurecendo ou subordinando outras formas de diferenciação que produzem desigualdades e opressão (Mello & Gonçalves, 2010).

A intersecção de gênero com o racismo se estabelece como um elemento incontornável para fazer frente às formas de exploração, dominação e opressão que sofrem as mulheres negras. O feminismo negro não suspendeu ou reduziu o peso do gênero como categoria, pois as questões postas por uma análise das relações de gênero foram reposicionadas (Biroli & Miguel 2015).

Os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão na sociedade, como os mais comuns baseados no gênero, na raça, etnia, classe, religião, nacionalidade e orientação sexual, não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão inter-relacionam-se, criando um

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação (Nogueira & Oliveira, 2010). Desse modo, para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais, de gênero e de classe, que são parte da estrutura social e constituída por esses sistemas de poder, precisam ser consideradas como fatores que contribuem para a produção da subordinação (Crenshaw, 2002).

Ao falar sobre interseccionalidade, Lugones (2014, pp. 942-943) enfatiza que

a interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor. Mas aqui quero ser capaz de pensar na sua presença como seres tanto oprimidos como resistentes. Então, me voltei para a colonialidade do gênero na diferença colonial e, a partir dela, para poder perceber e compreender o lócus fraturado das mulheres colonizadas e dos/as agentes fluentes em culturas nativas.

Como podemos observar, Lugones ressalta que é preciso olhar para as mulheres de cor como seres oprimidos, mas também a partir da possibilidade de resistência que elas têm. As dificuldades enfrentadas, no que se refere às esferas da educação, do trabalho, da saúde e das várias violências sofridas, são muitas, mas algumas mulheres negras têm se engajado na luta pela transformação social.

Com a interseccionalidade, podemos observar, por exemplo, que se os marcadores raça, classe e gênero podem ser limitantes para algumas pessoas, para outras podem impulsionar a resistência para que lutem pelos direitos que lhes são cotidianamente negados.

Algumas autoras (Crenshaw, 2002; Nogueira, 2013; Hirata, 2014; Lugones, 2014) ressaltam que a ideia de considerar a interseccionalidade como um campo de estudos especializado não é mais adequada, na medida em que é produtivo entender que a interseccionalidade é um paradigma que permite analisar questões

de justiça distributiva, de ação política, poder e governo (Collins, 2015). Considerando as questões abordadas sobre a interseccionalidade, a seguir descreveremos como o presente estudo foi realizado, quais outras perspectivas localizadas nas produções científicas e algumas reflexões que fizemos a partir dos materiais encontrados.

Metodologia

A pesquisa para realização deste artigo foi desenvolvida a partir de uma revisão de literatura, que é de natureza qualitativa e buscou aproximar-se do estado da arte sobre os estudos que abordaram a interseccionalidade. Por estado da arte, entendem-se as pesquisas de caráter bibliográfico, que têm a finalidade de mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento sobre uma determinada temática e se propõem a visibilizar os aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, as formas e condições em que foram produzidas as dissertações, teses, artigos, anais de congressos e seminários. São reconhecidos por realizarem metodologias de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica à luz de categorias e facetas que se caracterizam em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002).

Para a composição desse cenário, o estudo foi realizado no primeiro semestre de 2018 e buscou teses, dissertações e artigos que abordaram a temática em discussão, utilizando a palavra interseccionalidade como descritor nos locais de busca existentes nas próprias plataformas dos portais das produções científicas.

- Fonte: a busca das dissertações e teses foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e a dos artigos na base de dados do

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira SciELO (Scientific Electronic Library Online).

- Período: sem demarcação de período, mas não encontramos na BDTD publicações anteriores a 2008; e no SciELO não encontramos anteriores a 2002, utilizando o descritor interseccionalidade.
- Idioma: foram contempladas somente as produções em língua portuguesa, pois mesmo usando um descritor em português, apareceram produções em língua inglesa, a exemplo das quatro teses do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

A partir do levantamento desse material, procedemos à leitura do resumo e construímos tabelas para análise a partir das seguintes informações: título, autores, ano de publicação, área de conhecimento, objetivos, metodologia de cada trabalho, o que é recorrente nos trabalhos. Depois da construção das tabelas, iniciou-se a discussão dos achados. Para dialogar com os resultados encontrados a partir das

dissertações, teses e artigos, foram utilizados também outros textos que fazem parte da temática discutida, mas que não foram encontrados nas bases de dados investigadas e nem correspondem ao período das produções encontradas.

Resultados e discussões

Na BDTD, localizamos 224 produções, 146 dissertações e 78 teses. Das 146 dissertações, 23 localizadas com o descritor interseccionalidade não abordaram essa perspectiva; e das 78 teses, 14 não trabalharam com a interseccionalidade dos marcadores sociais, citando o termo interseccionalidade se referindo à junção de vários assuntos ou várias ideias trabalhadas conjuntamente, mas não usam a interseccionalidade como uma perspectiva teórico-metodológica surgida a partir do feminismo negro, no intuito de visibilizar opressões e resistências aos sistemas de poder. Dessa forma, localizamos 187 produções que abordaram essa discussão. O ano que concentrou um maior quantitativo de produções foi 2016, conforme pode ser observado na Tabela 1

Tabela 1. Quantitativo de teses e dissertações por ano de publicação

Ano de publicação	Quantitativo
2003	2
2006	2
2007	1
2008	1
2009	3
2010	5
2011	9
2012	12
2013	12
2014	22
2015	32
2016	49
2017	35
2018	2
Total	187

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira

No SciELO, localizamos 65 artigos, com maior quantitativo de publicações em 2016 e 2014, sendo 2016 o ano de maior número de publicações no total (artigos, teses e dissertações). Ficamos nos questionando sobre o contexto vivenciado, a luta dos movimentos sociais, que pode estar contribuindo para o interesse dos/as pesquisadores/as em pensar os marcadores sociais de modo inter-relacionados. Uma reflexão de Hollanda (2018) sobre as mudanças ocorridas no âmbito dos feminismos ajuda-nos a entender o porquê do aumento do interesse no

desenvolvimento de estudos sobre gênero, feminismos e interseccionalidade. Hollanda (2018, p. 8) ressaltou que, “Há pouquíssimo tempo, por volta de 2015, eu acreditava que a minha geração teria sido, talvez, a última empenhada na luta das mulheres. Até que um vozerio, marchas, protestos, campanhas na rede e meninas na rua se aglomeraram”. Os protestos de rua, do uso das redes sociais e da busca da representação política pelas feministas em anos recentes têm sido vistos como aspectos motivadores para os estudos nesse campo.

Tabela 2. Quantitativo de artigos por ano de publicação

Ano de publicação	Quantitativo
2002	2
2005	1
2010	5
2011	4
2012	4
2013	8
2014	12
2015	4
2016	14
2017	9
2018	2
Total	65

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em relação à área de conhecimento das teses e dissertações, observamos uma predominância das publicações referentes à temática abordada na área da Educação,

seguida pela Psicologia e da Sociologia, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Quantitativo de teses e dissertações por áreas de conhecimento

Área do Conhecimento	Quantitativo
Educação	46
Psicologia (Social, Clínica, do Trabalho)	26
Sociologia	21
Ciência Política	16
Ciências Humanas	7
Serviço Social	3
Direito	12
Ciências Sociais	10

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira

Área do Conhecimento (cont.)	Quantitativo
Antropologia	9
Desenvolvimento Humano e Saúde	8
Bioética	7
Saúde Coletiva	6
Comunicação	5
Direitos Humanos	4
Administração de Empresas	4
Teologia	2
Enfermagem	2
Artes	2
Desenvolvimento Sustentável	2
Ciência da Informação	2
Turismo	1
Estudos da Tradução	1
Economia	1
Total	187

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Nas pesquisas na área da Psicologia, área do conhecimento na qual nos localizamos, não foi rapidamente e sem conflitos que a inserção da perspectiva interseccional, advinda do campo do feminismo, passou a ser utilizada. A Psicologia estabeleceu o seu território como uma ciência objetiva, quantitativa, empírica e livre de valores. Posicionamentos opostos aos feminismos que sempre lutaram por uma ciência em que a neutralidade não exista e que o conhecimento produzido possa ser situado e localizado, sobretudo o feminismo negro, tem assumido esse embate.

Assumir o feminismo na ciência psicológica seria assumir a sua não neutralidade. O conhecimento científico, segundo a perspectiva da ciência moderna, supõe-se ser neutro, objetivo, a partir de uma postura dos/as pesquisadores/as distanciada do que está sendo produzido, não associada aos valores sociais e culturais dos/as mesmos/as (Nogueira, 2013). Foram muitas as lutas das psicólogas tanto na busca de sua própria visibilidade quanto pela transformação no

campo da ciência psicológica.

Quando a Psicologia se separou da Filosofia, a ciência psicológica adotou um pendor predominantemente biológico que impunha a utilização de métodos experimentais e psicométricos para a medida das diferenças individuais. A grande importância dada pela Psicologia às diferenças individuais fez com que aquelas entre homens e mulheres fossem atribuídas a fatores de ordem biológica e reforçaram os lugares destinados às mulheres, ou seja, a esfera familiar e as relações de suporte afetivo. Na Psicologia, as feministas desafiaram o que conhecemos acerca de homens e mulheres questionando os resultados das pesquisas convencionais que contribuíram largamente para a afirmação das diferenças e invisibilidade das desigualdades.

Em relação à área de conhecimento dos artigos, observamos uma predominância das publicações referentes à temática abordada na área da Sociologia, seguida pela Educação e Estudos sobre a Mulher, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4. Quantitativo de artigos por áreas de conhecimento

Área do Conhecimento	Quantitativo
Sociologia	15
Educação	11
Estudos sobre a Mulher	11
Saúde Pública	9
Psicologia	9
Antropologia	6
Política	2
Total	65

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados usados nas dissertações, teses e artigos localizados, percebemos o uso de mais de um instrumento, havendo prevalência de entrevistas de diversos tipos: estruturadas, semiestruturadas, narrativas, com a observação participante, análise de documentos, de livros, questionários, entre outros. Uma parcela considerável dos estudos foi baseada em pesquisas qualitativas (Santos, 2010; Buzar, 2013; Silva, 2014; Silva, 2016; Gomes, 2014, Bernardino, 2016) e algumas descritas pelos autores/as como quanti-quali (Silveira, 2013), sendo que alguns destes usaram questionários analisados por meio de *softwares*.

Leslie McCall (2005) faz uma reflexão sobre três abordagens metodológicas no estudo das relações sociais em intersecção: anticategorial, intracategorial e intercategorial. Nogueira (2013) faz menção a essa classificação em seus estudos e ressalta que: a anticategorial é baseada numa metodologia que desconstrói as categorias analíticas. No seio dessa abordagem, a vida social é considerada irredutivelmente complexa e, por isso, a utilização de categorias fixas iria simplificar as ficções sociais que produzem iniquidades no processo de criação de diferenças. A abordagem intracategorial é considerada aquela que

inaugurou o estudo da interseccionalidade. Apesar de no seu âmbito ser interrogada a delimitação de categorias, como na anterior, não é rejeitada por completo a importância destas, nomeadamente na compreensão da experiência social. A abordagem intercategorial visa ao estudo das relações entre dimensões ou grupos sociais, mais especificamente, centra-se na complexidade das relações entre múltiplos grupos sociais, ao longo de categorias analíticas (como o sexo, a etnia, a classe, entre outras), e não nas complexidades de cada grupo e/ou de cada categoria singular (o que é característico da abordagem intracategorial).

Embora os estudos não digam diretamente qual dessas abordagens estão seguindo, percebemos que os/as autores/as fizeram uso de uma ou mais de uma em suas pesquisas. Inclusive encontramos quem fez uma análise quantitativa da interseccionalidade (Smolen, 2016), que se localizaria em uma abordagem intercategorial. Mesmo a abordagem interseccional permitindo, temos visto que nos estudos não é tão comum essa análise quantitativa, mas há quem venha trabalhando assim, a exemplo de Smolen e do estudo realizado por Lavor Filho *et al.* (2018), que a partir de uma análise interseccional quantitativa, discutiram em que medida os marcadores de raça e classe

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira interferem no medo do crime e no autoritarismo em contexto brasileiro.

Os temas abordados nas teses, dissertações e artigos são diversos, a exemplo de trabalho doméstico (Santos, 2010), transtornos mentais (Smolen, 2016), racismo (Silveira, 2013), saúde reprodutiva (Duarte, 2012), homossexualidade (Gomes, 2014), políticas públicas em educação (Deus, 2011), políticas públicas para saúde (Bustorff, 2010), entre outros. Em algumas dessas produções, foram descritas nos objetivos do estudo as categorias que foram investigadas de forma interseccional; em outras, a interseccionalidade foi usada no momento da análise.

As produções (teses, dissertações e artigos) que localizamos na área da Psicologia abordaram a relação da juventude com os projetos de vida (Gomes, 2016), juventude e uso de álcool (Silva, 2014), adoecimento de mulheres negras (Xavier, 2015), experiência da maternidade de mulheres usuárias de crack (Freitas, 2015), abuso sexual de mulheres (Botelho, 2014), imigração de mulheres (Romano, 2017), entre outros. Alguns trabalhos usaram a interseccionalidade como perspectiva teórica e analítica (Silva, 2014; Hamann, 2016), outros como perspectiva teórica, e para análise dos dados fizeram uso de outros tipos de análise, a exemplo da análise crítica do discurso (Xavier, 2015; Cúnico, 2018).

A partir do descritor interseccionalidade, localizamos também quatro dissertações sobre quilombolas, destacamos aqui a importância do uso da interseccionalidade nesses estudos, visto que essa população é invisibilizada na sociedade, e essa perspectiva contribuir para destacar opressões e desigualdades sociais de diversas ordens que afetam e ameaçam suas sobrevivências. Foram localizadas uma em 2012, uma em 2014 e duas em 2017. Dessas, a publicação do ano 2014 é a dissertação da autora deste artigo (Silva, 2014), a de 2012 refere-se à luta pela igualdade racial da população

quilombola como um todo (Matsuoka, 2012), as de 2017 têm como foco as mulheres quilombolas, uma discutindo as concepções de beleza das mulheres (Passold, 2017) e a outra o protagonismo destas na comunidade em que vivem (Silva, 2017).

Collins (2015, p. 5), refletindo sobre o conjunto dos estudos sobre interseccionalidade, observou que estão presentes três preocupações principais: a interseccionalidade como campo de estudos, com foco nos conteúdos e temas que caracterizam esse campo; a interseccionalidade como estratégia analítica, com maior atenção aos “enquadramentos interseccionais” e a sua capacidade de produzir novas formas e conhecimento sobre o mundo social; e a interseccionalidade como uma forma de práxis social, com ênfase para as conexões entre conhecimento e justiça social.

Muitas produções investigaram a interseccionalidade de gênero, classe e raça relacionadas aos seus temas. De acordo com estudiosas da interseccionalidade (Nogueira, 2015; Piscitelli, 2008), gênero, classe e raça são a tríade clássica da produção das desigualdades. Warner (2008) tece algumas considerações sobre a impossibilidade de contemplar todas as identidades dos sujeitos potencialmente relevantes para compreender as vivências desses indivíduos e como eles são constituídos em meio aos marcadores identitários. A referida autora reflete sobre o processo de decisão sobre as dimensões/categorias a contemplar e ressalta que os/as pesquisadores/as devem estar conscientes acerca das razões para a escolha de certas dimensões/categorias e explicitá-las.

Alguns estudos abordaram a importância de considerar a experiência dos/as participantes (Macêdo, 2008; Buzar, 2013; Xavier, 2015; Busin, 2015). Brah (2006) aborda que a experiência é o lugar da formação dos sujeitos, quando o indivíduo narra suas experiências ele se constitui. A autora destaca a experiência

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira não como um reflexo da verdade, mas como uma particularidade diante dos diversos tipos de diferenças existentes entre os sujeitos. Ainda, segundo Brah (2006, p. 361), “experiência é um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas”. Para Brah (2006, p. 361),

pensar a experiência e a formação do sujeito como processos é reformular a questão da “agência”. O “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas.

Nessa perspectiva, é importante lembrarmos também que é preciso dar atenção às particularidades dos sujeitos, uma vez que as limitações e potencialidades são distintas entre as pessoas. Observamos também nas produções que algumas autoras são sempre mencionadas quando se fala em interseccionalidade: Crenshaw, Piscitelli, Scott, Collins, Brah. Isso se deve também ao fato de que quando se busca de onde surgiu o conceito interseccionalidade encontra-se que ele foi usado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, mas a preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais (e de desigualdades)

entre mulheres é bem anterior. Um de seus marcos simbólicos tem sido visto como as contribuições do influente manifesto de 1977, do *Combahee River Collective*, que foi um coletivo de feministas negras e lésbicas em Boston, entre 1973 e 1980, que defendia centralmente uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismos, heterossexismos e exploração por classe social.

No que se refere às instituições de nível superior, onde foram desenvolvidas as produções científicas, a Universidade de Brasília (UnB) foi a que concentrou o maior quantitativo de produções (110), seguida pela Universidade Federais do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade de São Paulo, com 7 produções. Sabemos que nessas instituições há professores/as, grupos de pesquisa e eventos temáticos nesses contextos que trabalham há muito tempo pensando questões de gênero e feminismos, e isso pode ter contribuído para incitar as discussões sobre interseccionalidade. É importante lembrarmos ainda que existem instituições que não participam da BDTD e por isso não apareceram nas buscas realizadas, a exemplo das produções da Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição que tem estudos desenvolvidos em núcleos de gênero sobre a temática em discussão.

Tabela 5. quantitativo de produções por instituição superior

Instituição	Quantitativo
UnB	110
UFRGS	7
UFSC	7
USP	7
PUC-RS	5
UFSCar	5
PUC-SP	5
UFPB	4
UFJF	4
UFPE	4
PUC-RIO	4

Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira

Unesp	3
Unicamp	3
Instituição (cont.)	Quantitativo
UFC	2
UFG	2
UFF	2
UFSM	2
PUC-Campinas	1
Uefs	1
UEL	1
UEPB	1
EST	1
Mackenzie	1
UFFS	1
UFPA	1
Unisinos	1
FGV	1
Total	187

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Quando olhamos para as temáticas e autores/as dos artigos, percebemos que alguns são decorrentes das teses e dissertações que também localizamos, a exemplo do artigo de Silveira e Nardi (2014) publicado depois da tese, o de Bernardino-Costa (2013), e o de Silva e Menezes (2016).

Considerações finais

Consideramos que o estudo se aproximou do que é considerado o estado da arte, ao buscar as produções científicas sobre interseccionalidade, sem demarcação de tempo, na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações e nas bases de dados do SciELO. Podemos observar que tem aumentado o número de produções que abordam os marcadores sociais gênero, classe, raça e etnia de modo interseccional – trabalhar com esses marcadores de forma isolada não tem resultado em análises fecundas para visibilizar situações de opressão e desigualdades sociais.

Vimos que as produções científicas usaram a interseccionalidade de diferentes formas, algumas como estratégia analítica,

outras como uma forma de práxis social, com ênfase para as conexões entre conhecimento e justiça social. As pesquisas que abordaram a perspectiva interseccional têm temas diversos e os métodos de pesquisa também são múltiplos, quase todas as produções fizeram uso de mais de um instrumento de coleta de dados nos estudos, destacando-se o método de entrevistas em seus diversos tipos, estruturada, semiestruturada, narrativa, etnográfica, entre outras.

Com este estudo, buscamos ressaltar a potencialidade da perspectiva interseccional no intuito de visibilizar situações de opressão e desigualdades sociais. Também foi possível observar que essa é uma perspectiva que pode ser usada nos estudos qualitativos, quantitativos, e quali-quanti, em cada um desses tipos de pesquisa com suas possibilidades e limitações. Com este artigo, buscamos também dar visibilidade ao uso dessa perspectiva nos mais diferentes estudos.

Referências

- Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), 329-376.
- Bernardino, J. (2016). *Luz, câmera, limpando: interseccionalidades e representações sociais em domésticas, o filme (2001) e doméstica (2012)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade de Brasília, Brasília.
- Bernardino, J. (2013). Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, 26(52), 471-489, julho-dezembro.
- Biroli, F., Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, 20(2), 27-55, julho-dezembro.
- Botelho, S. S. (2014). *Abuso sexual e posicionamentos de mulheres/mães: histórias que só existem quando são contadas*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Busin, V. M. (2015). *Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis*. Tese de doutorado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, São Paulo.
- Bustorff, L. A. C. V. (2010). *O conceito de gênero nas políticas públicas que orientam atenção à saúde da mulher: revisão integrativa da literatura*. 167 f. Dissertação de mestrado em Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Buzar, F. (2013). *Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos(as) negros(as) em São Luís-MA*. Dissertação de mestrado em Educação, Universidade de Brasília, Brasília.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estudos feministas*, 10(172), 171-188.
- Collins, P. H. (2015). Intersectionality's Definitional Dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, 41, 1-20.
- Cúnico, S. D. (2018). *Família e prisão: uma análise interseccional sobre as relações familiares em uma instituição prisional masculina*. Tese de doutorado em Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Deus, L. M. de. (2011). *Políticas públicas em educação para mulheres negras: da prática do falo à construção da fala*. Dissertação de mestrado em Educação, Universidade de Brasília, Brasília.
- Duarte, H. H. da S. (2012). *A construção social da "saúde reprodutiva" no Brasil: um olhar na perspectiva da interseccionalidade de gênero e raça*. 80 p. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Ferreira, N. S. de A. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302002000300013&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Freitas, S. M. da C. (2015). *Juventude e projeto de vida: um estudo interseccional dos modos de subjetivação de universitários/as de origem popular*. 2015. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Gomes, A. C. (2014). *Penalidade e privilégio: a falsa representação dos homens negros homossexuais*. 2014. Dissertação de mestrado em Direito Político e Econômico, Mackenzie, São Paulo.
- Gomes, V. B. M. (2016). *Juventude e projeto de vida: um estudo interseccional dos modos de*

- Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira *subjetivação de universitários/as de origem popular*. 2016. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Hamann, C. (2016). *Itinerários, práticas e significações do sexo tarifado entre homens*. 2016. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.*, São Paulo, 26(1), 61-73.
- Heloisa, B. de H. (2018). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hooks, b.(1984). *Feminist Theory: from Margin to Center*. Boston: South End Press.
- Lavor Filho, T. L. de *et al.* (2018). Análises interseccionais a partir da raça e da classe: medo do crime e autoritarismo no Brasil. *Psicol. cienc. prof.* [online], 38(spe2), 223-237. Recuperado em 10 dezembro, 2019, de <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212376>.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3), 320, setembro-dezembro.
- McCall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800. Retrieved from [https://lsa.umich.edu/content/dam/ncid-assets/ncid-documents/Ten%20Diversity%20Scholarship%20Resources/McCall%20\(2005\)%20The%20Complex%20of%20Intersectionality%20.pdf](https://lsa.umich.edu/content/dam/ncid-assets/ncid-documents/Ten%20Diversity%20Scholarship%20Resources/McCall%20(2005)%20The%20Complex%20of%20Intersectionality%20.pdf).
- Macêdo, M. dos S. (2008). *Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador*. 2008. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Matsuoka, E. A. de C. (2012). *Discurso e representação política: estudo do comportamento político dos parlamentares integrantes da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas*. 149 p. Dissertação de mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília.
- Mello, L., & Gonçalves, E. (2010). Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. *Revista Cronos*, 11(2), 28 nov.
- Nogueira, C.(2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In C. Nogueira. *Práticas sociais, políticas públicas e Direitos Humanos* (pp. 227-248). Portugal.
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Um olhar da Psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LBGT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Org.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*. (pp. 9-17). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Oliveira, D. C. de. (2019). *Processos de subjetivação de estudantes universitárias de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique: migrantes temporárias no município de Belo Horizonte, em Minas Gerais*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Passold, S. B. C. (2017). *Desapocadas: concepções de beleza e conhecimentos tradicionais de mulheres quilombolas do Puris-MG*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável,

- Silva, R. A., & Menezes, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira Universidade de Brasília, Brasília.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274.
- Romano, A. Q. T. (2017). *Imigração de mulheres haitianas no Rio Grande do Sul: trajetórias e relações de gênero*. 2017. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Santos, N. J. de V. (2010). *Desigualdade e identidade no serviço doméstico: interseccções entre classe, raça e gênero*. 2010. Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiás.
- Silva, R. A. da. (2014). *Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Silva, S. do P. (2016). *As interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros didáticos de Sociologia*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.
- Silva, R. A. da, & Menezes, J. de A. (2016). Os significados do uso de álcool entre jovens quilombolas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(1), 493-504.
- Silva, A. F. (2017). *Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo-PB na luta pelo direito social a terra*. 133f. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB.
- Silveira, R. da S., Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 14-24.
- Silveira, R. da S. (2013). *Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade*. Tese de doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Smolen, J. R. (2016). *Raça/cor da pele, gênero e transtornos mentais comuns na perspectiva da interseccionalidade*. Dissertação de mestrado em saúde coletiva, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.
- Siqueira, B. K. P. (2018). *Feminismo negro como movimento social e político*. Araçatuba: Centro Universitário Toledo.
- Xavier, E. (2015). *Tá dentro, não tá fora: subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Warner, L. R. (2008). A Best Practices Guide to Intersectional Approaches in Psy-Chological Research. *Sex Roles*, 59, 454-46.

Recebido em: 8/1/2019

Aceito em: 20/1/2020